

## **Proposta da Administração**

Senhores Acionistas,

A Administração da Construtora Lix da Cunha S.A. apresenta para deliberação na Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 28 de Abril de 2014, a Proposta da Administração a seguir:

### **I – EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

#### **1. Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2013.**

Aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como das notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes relativos ao exercício social findo em 31/12/2013, publicados no dia 28/03/2014 no “Correio Popular de Campinas” e no “Diário Oficial do Estado de São Paulo”.

Os comentários dos diretores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, conforme requerido pela Instrução CVM nº 481 de 17 de dezembro de 2009, constam do Anexo I ao Presente.

#### **2. Resultado do exercício social encerrado em 31/12/2013.**

Por ter apresentado prejuízo contábil em 31/12/2013 no montante de R\$ 1.616.632,14, as informações sobre a destinação do lucro líquido exigidas pelo Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481 de 17 de dezembro de 2009, deixam de ser apresentadas.

#### **3. Proposta de Remuneração dos Administradores**

A Administração propõe remuneração global anual de até R\$ 560.000,00 para o conselho de administração e de até R\$ 2.600.000,00 para a Diretoria, para o exercício de 2014.

Atendendo ao disposto no artigo 12 da Instrução CVM nº 481/09, apresenta-se no anexo II, as informações relacionadas no item 13 do Formulário de Referência.

São Paulo, 28 de março de 2014.

**Conselho de Administração:**

\_\_\_\_\_  
Moacir da Cunha Penteado  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Fausto da Cunha Penteado  
Vice-Presidente

\_\_\_\_\_  
Marisa Braga da Cunha Marri  
Conselheira

\_\_\_\_\_  
Marco Antonio Ferreira da Costa  
Conselheiro

\_\_\_\_\_  
David Rodolpho Navegantes Neto  
Conselheiro

**Diretoria:**

\_\_\_\_\_  
Moacir da Cunha Penteado  
Diretor Superintendente

\_\_\_\_\_  
Marisa Braga da Cunha Marri  
Diretora Jurídica

\_\_\_\_\_  
Renato Antunes Pinheiro  
Diretor Técnico

\_\_\_\_\_  
Elias Abrão Ayek  
Diretor de Relações com o Mercado

---

# ANEXO I

**Comentários dos diretores sobre a situação financeira da  
Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, conforme a  
Instrução CVM 480 de 07 de dezembro de 2009.**

**10. Comentários dos diretores**

**10.1 Os diretores devem comentar sobre:**

**a) condições financeiras e patrimoniais gerais:**

**CENÁRIO GERAL**

A Indústria da Construção Civil no país, cresceu menos que o Produto Interno Bruto (PIB) em 2013, de acordo com o Sinduscon-SP, impactada pela atividade mais fraca no setor imobiliário e das obras de infraestrutura.

O avanço foi de 2% para a construção civil no ano, ante a previsão de alta 2,5% para o PIB. O Sinduscon-SP havia encerrado 2012 esperando crescimento de 3,5 a 4%, em linha com o aumento então enxergado para o PIB.

O Governo interveio demais na economia, que não deslanchou. Na Construção, muitos investimentos foram suspensos porque o empresariado não vislumbrava crescimento da demanda suficiente.

O avanço menor do que o do conjunto da economia é considerado atípico pela entidade, que iniciou o ano contando com maior contribuição das obras de infraestrutura.

O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), andou em ritmo mais lento e as concessões começaram agora, com um reflexo nas atividades do setor ocorrendo em no mínimo mais seis meses, de acordo com a coordenadora de construção civil da FGV

Segundo a especialista, a contratação de trabalhadores também desacelerou no ano, pressionando as expectativas.

“Claramente vemos o final de um ciclo forte de obras na construção imobiliária. Obras iniciadas de 2008 a 2010, estão sendo entregues, mas o número de trabalhadores em obras iniciais caiu no ano”.

Apesar do cenário mais fraco no setor, os custos de mão de obra, de materiais, de equipamentos e serviços seguiram em alta.

Os empresários da construção civil apontaram melhora de 0,6% para as perspectivas para o desempenho das empresas no trimestre encerrado em novembro/13 ante o levantamento anterior, conforme dados da sondagem nacional do setor revelados pelo Sinduscon-SP.

Porém, o índice de 49,5 pontos em novembro é considerado indicativo de desempenho não favorável, por estar abaixo de 50 em uma escala de 0 a 100. Na comparação anual, houve queda de 4,5% nas expectativas de desempenho das empresas.

Apesar do cenário mais fraco em 2013, o Sinduscon-SP preve resultados melhores daqui para frente, com a construção civil crescendo 2,8% em 2014 caso o PIB do país suba 2%.

Segundo a entidade, o desempenho deverá ser puxado principalmente pelo aumento de obras de infraestrutura e pela recuperação no mercado imobiliário, com o início de um novo ciclo para o setor.

### **2.3 DESEMPENHO E RESULTADO DA COMPANHIA**

Em decorrência do cenário da economia do país que mais uma vez se estagnou atingindo também o segmento da construção civil, aliado também das dificuldades financeiras que a companhia vem há anos enfrentando em consequência de diversos “calotes” públicos os quais temos divulgado constantemente ao mercado, que entre inadimplência e perdas e danos atualmente montam em aproximadamente um bilhão e trezentos milhões de reais, o resultado líquido (prejuízo) consolidado no exercício de 2.013 foi de R\$ 1.617 mil, com margem bruta de 24%, apresentando significativa melhora do apurado em 2.012 que atingiu um prejuízo de R\$ 8.142 mil com margem bruta de 16%..

Os fatores que levaram a obtenção do resultado negativo, pouco diferem daqueles já enunciados no relatório da administração do exercício de 2.012 e que novamente de uma forma transparente, citamos os principais:

- Falta de capital de giro mínimo, acarretada pelos “calotes públicos” para a execução das obras contratadas pelo regime de empreitada global;
- Falta de capital de giro para a aquisição de novas máquinas, veículos e equipamentos, bem como a reforma dos já existentes, o que possibilitaria um aumento de produtividade e redução de custos;
- Penhoras judiciais on-line de contas bancárias, máquinas e caminhões que são penhorados e impedidos de circulação e/ou o devido licenciamento, acarretando a necessidade de locação, ocasionando o aumento dos custos orçados e despesas com advogados;
- Impossibilidade na obtenção de certidões negativas/e ou positivas com efeito negativo, pelo fato da companhia possuir passivos fiscais/trabalhistas, também em decorrência dos “calotes” públicos, constantemente somos impedidos de participar em licitações privadas que exigem tais certidões;

Entretanto, a Companhia vem cumprindo com os pagamentos mensais do Refis aderido, mostrando a boa fé e interesse em reduzir os passivos fiscais;

- Postura incompreensível e intransigente da Procuradoria da Fazenda Nacional, que conforme já comentado anteriormente, não diferencia empresas sérias (caso da Lix) de empresas fraudulentas. Temos sido sufocados financeiramente com penhoras de bens (numerários, maquinários e direitos creditórios) que tem afetado consideravelmente nosso fluxo financeiro. Lembramos que perante aos Governos (Federal, Estaduais e Municipais), somos muito mais credores do que devedores.

Existe uma velocidade inversamente desproporcional entre as ações de execução contra a empresa que ocorrem rapidamente, daquelas que a empresa interpõe que em alguns casos, já perduram por mais de dez anos, além de precatórios que não são pagos conforme determina a justiça.

É importante destacar, que caso não fossemos impedidos de produzir face aos entraves acima, a situação de carteira, faturamento e resultado, seriam consideravelmente mais satisfatórios aos apresentados, pois trabalhamos com margens brutas acima de 20%.

Se algum instrumento existisse que pudesse fazer voltarmos no tempo, após sacrificados sob todas as maneiras por diversas esferas de poderes (executivo, legislativo e judiciário, incluindo trabalhista, cível e fiscal), jamais firmaríamos contratos com órgãos públicos. Isso pode servir de alerta aos jovens empresários. NÃO VALE A PENA!

Mesmo diante de todas estas dificuldades e empecilhos enfrentados, relacionamos abaixo, alguns fatos que merecem destaque:

### **Área Imobiliária:**

Ao longo dos últimos anos (desde 1.998), a companhia vem trabalhando exclusivamente com a iniciativa privada, executando empreendimentos imobiliários onde parceiros/investidores contratam a Lix sob o regime de administração e gerenciamento.

Tal modalidade tem atendido aos anseios da empresa bem como dos investidores, pois proporcionam uma excelente TIR (Taxa Interna de Retorno) além de se evitar bi-tributação.

Além disso, existe entre os clientes adquirentes das unidades, grande satisfação tanto com relação a qualidade como da valorização dos imóveis.

Outro fator importante já comentado por uma grande Instituição Financeira que tem financiado alguns dos empreendimentos, a Lix é uma das poucas construtoras na região de Campinas que cumpre com os prazos contratuais, entregando os empreendimentos conforme acordado, com toda documentação legalizada.

De acordo com algumas pesquisas regionais, as perspectivas para 2014 no setor imobiliário são positivas em função da atual demanda de mercado.

Estamos atualmente envolvidos em diversos estudos de viabilidades de negócios imobiliários juntamente com nossos parceiros investidores, com possibilidades de lançamentos em 2.014 que totalizam um V.G.V. acima de R\$ 350 milhões.

Precisamos receber parte de nossos ativos para voltar a incorporar e participar nos lucros dos empreendimentos imobiliários

## **Área de Infraestrutura**

O nível de produção de massa asfáltica da Usina de Asfalto, manteve-se praticamente igual à produção do exercício de 2.012, ou seja, em torno de 54.000 ton/ano.

A área de infraestrutura continua prejudicada pela falta de capital de giro, retardando investimentos na aquisição de máquinas e caminhões necessários para a modernização da frota e atendimento às novas parcerias que estamos buscando na área comercial.

Quanto às obras, em 2013 executamos alguns contratos importantes, dentre eles um TAC (Termo de Ajuste de Conduta) firmado entre uma empresa privada com a Prefeitura Municipal de Campinas, além de parceria na execução de uma obra de maior porte com uma empresa privada com capital de giro, e participações iguais nos resultados.

Existem grandes possibilidades da formalização de novos contratos em 2014 com empresas que terão que executar obras de TAC's. e outras obras de infraestrutura.

### **3 – PERSPECTIVAS PARA 2.014**

Todos os esforços continuam focados para o incremento na carteira de obras, mesmo cientes que continuaremos a ser injustiçados e penalizados conforme relatado acima, além da busca incessante no recebimento dos créditos que possuímos por vias administrativas e judiciais.

Caso a empresa obtenha recursos financeiros provenientes de seus ativos, o que proporcionará melhora na saúde financeira, a companhia vislumbra atingir faturamento anual aproximado de R\$ 50 milhões, com margem bruta de 25%.

Os segmentos nas contratações são obras de infraestrutura em loteamentos e condomínios horizontais e verticais, obras decorrentes de TAC (Termo de Ajuste de Conduta) de contrapartidas exigidas pela Prefeitura e Ministério Público, empreendimentos imobiliários sob o regime de contratação por administração e gerenciamento e o fornecimento e aplicação de massa asfáltica.

### **4- MENSAGEM FINAL**

Em 06 de janeiro de 2.014, a Construtora Lix da Cunha S.A, completou 90 anos de existência.

Agradecemos a todos aqueles que ao longo destes anos ajudaram a manter a chama acesa, mesmo diante de muitos vendavais enfrentados, pessoas que passaram e jamais serão esquecidas pela dedicação, trabalho, confiança e competência, pessoas que hoje colaboram com a continuidade das operações idealizadas por nosso fundador Dr. Lix da Cunha.

Esperamos que nossa empresa e outras por esse Brasil a fora na mesma situação, recebam seus direitos e respeito pela história, dedicação e seriedade. No

final dos anos 80 e início dos anos 90, possuíamos mais de 11 mil funcionários, hoje somente 200; quem ganhou com tudo isso?

Não queremos favor, queremos apenas receber nossos legítimos créditos para que possamos quitar todos os passivos e trabalhar com segurança, tranquilidade e dignidade.

**b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

- i. hipóteses de resgate
- ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

**c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Estimamos que com o aumento do nível de atividade e de geração de caixa da Companhia, a capacidade de pagamento dos compromissos financeiros correntes assumidos seja mantida.

No que se refere às dívidas oriundas do inadimplemento de contratos públicos, a Companhia permanecerá dependendo de novos acordos para que sejam liquidados os compromissos pendentes.

**d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

A Companhia mantém controle no sentido de que todas as compras de materiais e contratações de mão-de-obra, os vencimentos de tais obrigações ocorram após o recebimento das faturas de prestações de serviços emitidas contra nossos clientes, a fim de melhorar a liquidez de seu fluxo de caixa.

No que tange aos investimentos de maior relevância, quando possível, a Companhia tem optado por fazê-los por meio do sistema de operações de crédito com Bancos de investimento e consórcio.

**e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Conforme já mencionado nos itens anteriores, a Companhia pretende obter suas fontes de financiamento para capital de giro utilizando-se do seu fluxo comercial para atingir melhores resultados na relação entre pagamentos e recebimentos, quando insuficientes, buscaremos créditos junto a instituições financeiras com o menor custo possível.



Em relação aos investimentos em ativos não-circulantes a Companhia vem utilizando o sistema de consórcio, além do recebimento de seus créditos para fazer frente ao pagamento das dívidas, especialmente as de natureza tributária.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os contratos de empréstimos relevantes da Companhia são compostos por:

MODALIDADE	TAXAS (%) (média)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2013	2012	2013	2012
- Capital de giro	CDI + 1,2% a.m.	0	0	8.029	8.475
- Leasing	6,25% a.a. + TJLP	0	0	66	98
- Carteira hipotecária	1,36% a.m.	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8.095</b>	<b>8.573</b>
Parcela circulante		0	0	7.119	8.560
Parcela não circulante		-	-	976	13

(1) Os financiamentos e empréstimos estão garantidos, conforme o caso, por (i) hipotecas de imóveis; (ii) aval de diretores e acionistas.

(2) A controlada Lix Incorporações e Construções Ltda. registra os valores de atualização do saldo a pagar ao Banco Credibel S.A., em discussão judicial, através das estimativas adotadas pelo próprio Perito Judicial na atualização desse débito. Essa provisão constituída é acumulam saldo de R\$ 5.031 em 31/12/2012 e R\$ 5.632 em 2013 sendo o saldo residual (R\$ 1.487) refere-se a aporte de recursos temporários parceiros/investidores.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não há

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não há

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não há

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>dez-12</b>	<b>Vert%</b>	<b>dez-13</b>	<b>Vert%</b>	<b>Horiz</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>15.398</b>	<b>100%</b>	<b>16.212</b>	<b>100%</b>	<b>5%</b>
-	-	-	-	-	-
Custos Operacionais	(12.710)	-83%	(12.248)	-76%	-4%
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>2.688</b>	<b>17%</b>	<b>3.965</b>	<b>24%</b>	<b>47%</b>
-	-	-	-	-	-
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Honorários da Administração	(896)	-6%	(909)	-6%	1%
Contingencias Trabalhistas	(72)	0%	-	0%	-100%
Gerais e Administrativas	(6.690)	-43%	(7.152)	-44%	7%
Tributárias	(215)	-1%	(587)	-4%	173%
Depreciações e Amortizações	(329)	-2%	(423)	-3%	28%
<b>TOTAL</b>	<b>(8.202)</b>	<b>-53%</b>	<b>(9.071)</b>	<b>-56%</b>	<b>11%</b>
-	-	-	-	0%	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL</b>	<b>(5.513)</b>	<b>-36%</b>	<b>(5.106)</b>	<b>-31%</b>	<b>-7%</b>
-	-	-	-	-	-
<b>OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Participação no Resultado Controladas	-	-	-	-	-
Receitas Financeiras	17.279	112%	16.516	102%	-4%
Despesas Financeiras	(20.477)	-133%	(20.873)	-129%	2%
Prov.p/Perda de Investimento	-	-	(0)	-	-
Prov.p/ Contingências	-	-	-	-	-
Prov.p/ Devedores Duvidosos	(981)	-6%	(7.973)	-49%	712%
Reversão de Provisões	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>(4.179)</b>	<b>-27%</b>	<b>(12.330)</b>	<b>-76%</b>	<b>195%</b>
-	-	-	-	-	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL</b>	<b>(9.693)</b>	<b>-63%</b>	<b>(17.436)</b>	<b>-108%</b>	<b>80%</b>
-	-	-	-	-	-
Outras Resultados Operacionais	1.551	10%	15.347	95%	889%
-	-	-	-	-	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(8.142)</b>	<b>-53%</b>	<b>(2.089)</b>	<b>-13%</b>	<b>-74%</b>
-	-	-	-	-	-
Provisão p/ Imposto de Renda	-	-	-	-	-
Provisão p/ Contribuição Social	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS</b>	<b>(8.142)</b>	<b>-53%</b>	<b>(2.089)</b>	<b>-13%</b>	<b>-74%</b>
-	-	-	-	-	-
Participação dos Minoritários	342	2%	472	3%	38%
-	-	-	-	-	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO</b>	<b>(7.800)</b>	<b>-51%</b>	<b>(1.617)</b>	<b>-10%</b>	<b>-79%</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação</b>	<b>(0,650)</b>	<b>-</b>	<b>(0,135)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As variações que merecem destaque nas Demonstrações de Resultados são as seguintes:

Receita Líquida

No ano de 2013, a receita líquida avançou 5,29%, refletindo novamente a estagnação econômica do país.

Custo das Vendas

Os custos apresentaram pequena queda (3,63%) com relação ao exercício anterior tendo em vista principalmente pela execução de obras pelo regime de administração.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas em 2013 apresentaram um aumento 6,9% tendo como principal fator o dissídio coletivo da categoria que ocorre anualmente no mês de maio.

Resultado Financeiro Líquido:

O resultado financeiro reflete basicamente os efeitos da correção dos direitos creditórios que a Companhia tem junto aos órgãos Estaduais, Federais e Municipais, frente as correções das obrigações com fornecedores vinculados aos créditos, obrigações tributárias, obrigações trabalhistas e previdenciárias.

Prejuízo Líquido

Em 2013 o prejuízo líquido auferido foi de R\$ 1.617 mil, sendo que em 2012 apurou-se um prejuízo de R\$ 7.800 mil. A redução ocorreu principalmente pela melhora na margem bruta que passou de 17% em 2012 para 24% em 2013, além de reversão na provisão de devedores duvidosos face a análise da administração diante do saldo dos créditos a receber.

Comentário sobre as Controladas / Coligadas inativas:

Quando a companhia receber parte dos créditos que possui junto aos Órgãos Públicos, o que possibilitará assim quitar as dívidas fiscais das empresas inativas: CBI Construções Ltda, CBI Industrial Ltda, Pedralix S.A. Indústria e Comércio as mesmas deverão ser encerradas.

**10.2 Os diretores devem comentar:**

**a. resultados das operações do emissor, em especial:**

**i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A melhora ocorrida em 2013 tanto no faturamento como na margem bruta com relação a 2012 se deu principalmente pelo regime de contratação de algumas obras pelo regime de administração, melhora na carteira de obras e melhores negociações com fornecedores.

**ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Verificar item acima: Prejuízo líquido

- b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Não há.

- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não há.

**10.3** Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional  
b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária  
c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

**10.4** Os diretores devem comentar:

- a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), e as alterações produzidas pela Lei n.º 11.638/07 e Medida Provisória n.º 449/08, convertida em Lei n.º 11.941/09, assim como os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exigidos para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2013.

- b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve.

- c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em 2013 os auditores independentes formularam as seguintes ênfases:

**Ênfases: a)** *Nos últimos quatro exercícios, a Companhia apurou prejuízos (R\$ 1.617 em 2.013, R\$ 7.800 em 2.012, R\$ 636 em 2.011, e R\$ 3.219 em 2.010) com redução de R\$ 13.272 no Patrimônio Líquido no acumulado desses exercícios, situação esta que somente poderá ser revertida mediante a adoção de medidas que enfatizem, entre outras, o aumento das receitas, a redução dos custos fixos e o aporte de capital, aliados à melhoria substancial de sua margem operacional, afim de não comprometer o desenvolvimento de suas atividades operacionais;*

**b)** *Conforme mencionado na nota explicativa nº “02.k” a Companhia, na forma do CPC nº 32, não adota a prática de constituir provisões diferidas para o IRPJ e CSLL, por não apresentar histórico de lucratividade e expectativa de lucros tributáveis futuros;*

**c)** *A Companhia mantém saldos significativos de contas a receber junto ao poder público (municipal, estadual e federal) com impossibilidade de uma adequada determinação do valor exato e época da sua efetiva realização, com reflexos no seu capital de giro; e*

**d)** *A Companhia mantém transações significativas com partes relacionadas e, conseqüentemente, suas demonstrações financeiras podem não refletir, necessariamente, a posição financeira que seria obtida, caso tivesse operado exclusivamente com empresas não ligadas.*

**10.5** Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Dentre as política contábeis adotadas, a Companhia considera crítica as seguintes:

### 1. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Faturas a vencer e serviços a faturar	71	64	2.326	2.857
Créditos vencidos antes de 01/Janeiro/2012	248.569	173.939	252.523	351.943
(-) Provisão para perdas eventuais	(8.187)	(28.641)	(10.283)	(38.854)
<b>TOTAL</b>	<b>240.453</b>	<b>145.362</b>	<b>244.566</b>	<b>315.946</b>
Parcela circulante	240.453	145.362	244.900	315.102
Parcela não circulante	-	-	666	844

O registro dos valores a receber de clientes, apresentados nas demonstrações contábeis, considerou o seguinte:

- Os valores de créditos a receber vencidos estão relacionados com contratos diretos ou de sub-empitada de obras já executadas, total ou parcialmente, junto a diversos organismos municipais, estaduais e federais, tais como: Prefeituras, Departamentos Estaduais de Estradas e Rodagem e Governo Federal. No presente exercício deve ser destacado:

#### **Créditos Recebidos –Acordo - DERSA S/A– Processo nº 103/01**

Devedor :Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A

A redução na ordem de **R\$ 94 milhões** verificados na rubrica **Contas a Receber-Clientes** em 31/12/2013 em relação ao saldo de 31/12/2012 **refere-se**, quase em sua totalidade, ao acordo firmado com DERSA.

Ressalta-se que, do crédito citado, **apenas 24,3%** pertencia a Controladora, sendo o

restante 75,7% devido a fornecedores vinculados, cujos montantes configurados no passivo circulante foram por sua vez amortizados na sua proporção devida.

Necessário se faz ainda esclarecer que o êxito do acordo, devidamente formalizado e registrado, só foi possível mediante concessão de descontos que somaram a cifras de R\$ 36 milhões em prol da celeridade da liquidação, cujo ônus foi proporcionalmente compensado/ repassado aos fornecedores vinculados conforme participação no contrato.

Finalmente, o impacto do desconto concedido foi minimizado/ neutralizado no resultado da Controladora em 2013, haja vista a prudência da constituição preventiva, em exercício anterior, de provisão de devedores duvidosos em nível de suficiência/segurança, além do repasse do desconto concedido retro citado aos respectivos fornecedores vinculados pela baixa/quitação de obrigações em sua proporção devida.

### **Créditos - Centro de Atenção Integrada a Criança (CAICs FAF)**

#### **Devedor : Governo Federal**

Aproximando-se dos preceitos legais exigidos pelas novas praticas contábeis em vigor, a qual prima proporcionar melhor visibilidade aos diversos tipos grau de aziendas, a Administração determinou o retrocesso das dações pretéritas dos créditos efetuadas em favor de suas empresas controladas relativos aos contratos *sub judice* vinculado a construção dos Centros de Atenção Integrada a Criança (CAICs FAF), a tal sorte retornar tais ativos ao Balanço Patrimonial da efetiva titular, qual seja, a Controladora Construtora Lix da Cunha S/A:

<u>Origem da Dação</u>	<u>Dez/2013</u>
Lix Incorporações e Construções Ltda.....	R\$ 47.350
Lix Construções Ltda.....	R\$ 126.889
-----	
Total Créditos Dação (CAICs).....	R\$ 174.329

De forma concorrente e vinculada, perfilando a boa pratica contábil, as respectivas provisões de devedores duvidosos foram revertidas nas respectivas empresas controladas cedentes e reconstituídas a luz da expectativa de realização atual, na efetiva titular (Controladora), o que justifica a movimentação atípica observadas nas contas de resultados de 2013 conforme a seguir:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
	<b>2013</b>	<b>2013</b>
Provisões para Devedores Duvidosos "constituição"	(7.903)	(7.972)
Outras receita operacionais – "reversão"	6.959	15.347
Impacto Líquido no Resultado	943	7.375

**ESTIMATIVA DO VALOR TOTAL DAS AÇÕES**

<b>AÇÕES NAS ESFERAS:</b>	<b>31/Dez./2013</b>	<b>31/Dez./2012</b>
Federais	995.089	983.631
Estaduais	314.013	402.013
Municipais	26.126	24.236
Outros	10.344	9.596
<b>TOTAL</b>	<b>1.345.572</b>	<b>1.419.476</b>

**2. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal das suas operações. As provisões para contingências foram constituídas para fazer face às perdas consideradas prováveis nesses processos, os quais estão relacionados a questões trabalhistas, tributárias e cíveis. A provisão foi constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos.

Em 31 de Dezembro de 2013, o valor total das provisões para contingências e os depósitos judiciais relacionados com as questões em disputa, estavam compostos da seguinte forma:

	<b>CONTROLADORA</b>		<b>CONSOLIDADO</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Provisões contabilizadas</b>	<b>25.895</b>	<b>22.556</b>	<b>43.493</b>	<b>38.038</b>
- Depósitos judiciais	(41.552)	(1.870)	(42.586)	(2.753)
- Provisões líquidas	(15.657)	20.686	907	32.285

As provisões contabilizadas referem-se principalmente a contestação em processos de natureza tributária e cível. As estimativas de ganhos e perdas são frequentemente avaliadas pelos assessores jurídicos da Companhia e, como base nas premissas que são informadas, são reavaliadas as provisões contábeis efetuadas. Nesse sentido, também estão incluídos processos trabalhistas e previdenciários de contingências envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas por ex-empregados em relação a questões salariais, tais como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável, adicionais legais, horas extras e outros.

**3. FORNECEDORES**

No saldo de **R\$ 29.596** (consolidado), refere-se em sua maioria a fornecedores vinculados ao crédito (Contas a Receber Clientes)) sob litígio junto a órgãos públicos, contabilizados em conta de ativo circulante. A expressiva redução deste saldo em relação ao de 2012 espelha o esclarecido na Nota 5 Contas a Receber Clientes, qual seja, amortização provinda do acordo firmado com DERSA mediante descontos obtidos e pagamento efetivo.

Os valores desses débitos vinculados estão atualizados monetariamente de acordo com os índices pactuados em contratos a juros legais, os quais não diferem daqueles utilizados para a atualização dos ativos respectivos. Os valores devidos a fornecedores que estão vinculados ao ativo circulante, foram analisados nas mesmas bases descritas na nota explicativa n.º 5, cujos saldos ajustados estão devidamente correspondidos.

**10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

**a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e manutenção de controles internos eficazes para a preparação e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como pela avaliação em conjunto com a auditoria externa da eficácia desses controles. A preparação e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas é um processo desenvolvido pelo setor de contabilidade e controladoria, sob a Supervisão do Gerente de Controladoria, da Administração da Companhia e da Auditoria Externa e executados pelos administradores e funcionários a fim de fornecer razoável segurança quanto à confiabilidade das informações contidas nos relatórios financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis para uso externo são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76), e as alterações produzidas pela Lei n.º 11.638/07 e Medida Provisória n.º 449/08, convertida em Lei n.º 11.941/09, assim como os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exigidos para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2013.

São adotados procedimentos que buscam assegurar:

1. O correto registro de todos os fatos contábeis, com detalhamento razoável a fim de refletir satisfatoriamente as transações e disposições dos ativos da Companhia;
2. Que as transações sejam registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis conforme os princípios contábeis geralmente aceitos e que os recebimentos e gastos da Companhia somente sejam feitos com autorizações da administração e dos diretores da Companhia.



Devido às limitações próprias dos controles internos, ocasionalmente podem ocorrer que erros não sejam detectados oportunamente a fim de serem evitados, no entanto, esses erros sempre que detectados são corrigidos a fim de refletir da melhor forma a posição financeira e patrimonial da Companhia.

A fim de melhorar cada vez mais o nível de eficiência dos processos e controles internos, a Companhia investiu pesadamente na aquisição de novo sistema de gestão (ERP TOTVS), na formatação de novos procedimentos e no treinamento de funcionários. Vale ressaltar que, mesmo os sistemas e procedimentos considerados eficazes podem fornecer somente segurança razoável relativa ao processo de preparação e apresentação das demonstrações contábeis consolidadas.

A Administração em conjunto com a auditoria externa avaliaram os controles internos da Companhia referente as demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013 e concluíram que os são suficientes e apropriados para refletir de forma confiável as informações financeiras e patrimoniais da Companhia.

**b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Os auditores independentes não identificaram durante a execução dos trabalhos de auditoria, deficiências ou recomendações sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

**10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
- b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

**10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
  - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
  - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
  - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
  - iv. contratos de construção não terminada
  - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

**10.9** Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

**10.10** Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos, incluindo:
  - i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não há previsão e não há investimentos significativos em andamento.

- ii. fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável.

- iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão e não há desinvestimentos significativos em andamento.

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há

- c. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há.

- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há

- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há

- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há

**10.11** Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados

Não há

---

# ANEXO II

**Informações relativas à remuneração dos administradores requeridas no item 13 do formulário de referência, conforme Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009**

**13. Remuneração dos administradores**

**13.1** Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos<sup>23</sup>:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A remuneração designada pela Companhia aos seus administradores tem se pautado pelo grau de responsabilidade e tempo de dedicação às funções, além de critérios pertinentes às competências desenvolvidas, reputação profissional e outras práticas adotadas por Companhias de porte e segmento de atividade semelhantes.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

O montante global da remuneração percebidas pelos administradores se estabelece anualmente por meio da Assembléia Geral Ordinária, levando-se em conta os honorários mensais, 13º salários e férias.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

<b>RUBRICA</b>	<b>DIRETORIA EXECUTIVA</b>	<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>
SALÁRIOS, PRÓ-LABORE	85,70%	100,00%
13º SALÁRIO	7,14%	0,00%
FÉRIAS	7,16%	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os reajustes de cada um dos elementos da remuneração se baseiam em pesquisas de mercado realizadas anualmente, com o intuito de analisar se a remuneração dos administradores está compatível com àquela verificada em empresas de porte e situação semelhantes.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Em razão da atual situação financeira e patrimonial da Companhia, considera-se como mais adequado, o modelo adotado para a composição da remuneração.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há indicadores específicos de desempenho.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não aplicável.

- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Não aplicável.

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Parte da remuneração dos administradores é suportada pelas Controladas Lix Empreendimentos e Construções Ltda., e pela Lix Incorporações e Construções Ltda.

- g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há.

**13.2** Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

a. órgão

b. número de membros

c. remuneração segregada em:

i. remuneração fixa anual, segregada em:

- salário ou pró-labore.
- benefícios diretos e indiretos.
- remuneração por participação em comitês.
- outros

ii. remuneração variável, segregada em:

- bônus
- participação nos resultados
- remuneração por participação em reuniões
- comissões
- Outros

iii. benefícios pós-emprego

iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo v. remuneração baseada em ações

d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal<sup>27</sup>

As tabelas e notas abaixo apresentam a remuneração anual atribuída ao Conselho de Administração e à Diretoria Estatutária da Companhia reconhecida no resultado do exercício

social encerrado em 31 de dezembro de 2013, considerando a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme indicado no quadro abaixo1; e prevista para o exercício social corrente.

<b>Mês</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>
JAN	3	4
FEV	3	4
MAR	3	4
ABR	3	4
MAI	3	4
JUN	3	4
JUL	3	4
AGO	3	4
SET	3	4
OUT	5	5
NOV	5	5
DEZ	5	5
<b>TOTAL</b>	<b>42</b>	<b>51</b>
<b>MÉDIA</b>	<b>3,5</b>	<b>4,25</b>

#### Exercício Social encerrado em 31/12/2013 e 2012

	<b>Conselho de Administração</b>		<b>Diretoria</b>	
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Número de membros	5	3	5	4
Remuneração fixa anual:				
Salário ou pró-labore	174.600	174.600	734.954	725.280
Benefícios diretos e indiretos	0	0	0	0
Remuneração por participação em Comitês	0	0	0	0
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Valor da remuneração</b>	<b>174.600</b>	<b>174.600</b>	<b>734.954</b>	<b>725.280</b>

### Exercício Social corrente (Previsão para 2014)

	Conselho de Administração 2014	Diretoria 2014
Número de membros	5	5
Remuneração fixa anual:		
Salário ou pró-labore	560.000	2.600.000
Benefícios diretos e indiretos	0	0
Remuneração por participação em Comitês	0	0
Outros	n/a	n/a
Remuneração Variável	n/a	n/a
Bônus	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a
<b>Valor da remuneração</b>	<b>560.000</b>	<b>2.600.000</b>

**13.3** Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo<sup>28</sup>:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação ao bônus:
  - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
  - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
  - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
  - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- d. em relação à participação no resultado:
  - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
  - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
  - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
  - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia não efetuou pagamento de remuneração variável a seus administradores nos últimos 3 exercícios sociais, nem tem previsão de pagamento para o exercício social corrente.

**13.4** Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais
- b. principais objetivos do plano
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo
- f. número máximo de ações abrangidas
- g. número máximo de opções a serem outorgadas
- h. condições de aquisição de ações
- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- j. critérios para fixação do prazo de exercício
- k. forma de liquidação
- l. restrições à transferência das ações
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

A Companhia não tem nenhum plano de remuneração aos seus administradores baseado em ações.

**13.5** Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

<b>Órgão</b>	<b>Ações ON Lix da Cunha</b>
Conselho de Administração	1.735.667
Diretoria	742.522

**13.6** Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo<sup>30</sup>:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:
  - i. data de outorga
  - ii. quantidade de opções outorgadas
  - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis
  - iv. prazo máximo para exercício das opções
  - v. prazo de restrição à transferência das ações



- vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
  - 1. . em aberto no início do exercício social
  - 2. . perdidas durante o exercício social
  - 3. . exercidas durante o exercício social
  - 4. . expiradas durante o exercício social
- d. valor justo das opções na data de outorga
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas

A Companhia não tem nenhum plano de remuneração aos seus administradores baseado em ações.

**13.7** Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo<sup>31</sup>:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções ainda não exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. data em que se tornarão exercíveis
  - iii. prazo máximo para exercício das opções
  - iv. prazo de restrição à transferência das ações
  - v. preço médio ponderado de exercício
  - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- d. em relação às opções exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. prazo máximo para exercício das opções
  - iii. prazo de restrição à transferência das ações
  - iv. preço médio ponderado de exercício
  - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
  - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável.

**13.8** Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções exercidas informar:
  - i. número de ações
  - ii. preço médio ponderado de exercício
  - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas
- d. em relação às ações entregues informar:
  - i. número de ações
  - ii. preço médio ponderado de aquisição

- iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas

Não aplicável.

**13.9** Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável.

**13.10** Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. nome do plano
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- e. condições para se aposentar antecipadamente
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

A Companhia não possui nenhum plano de previdência em vigor conferido aos administradores.

**13.11** Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. valor da maior remuneração individual
- d. valor da menor remuneração individual
- e. valor médio de remuneração individual

**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e 2012**

	<b>Conselho de Administração</b>		<b>Diretoria</b>	
	2013	2012	2013	2012
Número de membros	5	3	4	4
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	58.600	58.600	183.738	181.320

**13.12** Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há

**13.13** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

<b>Órgão</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Conselho de Administração .....	100%	100%
Diretoria Estatutária.....	100%	100%

**13.14** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não há.

**13.15** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013**

Valores reconhecidos no resultado da controlada Lix Empreend. e Constr. Ltda.

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Total</b>
Numero de Membros	5	4	9
Salário ou pró-labore (R\$ Mil)	88	367	455

**13.16** Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.